

CUT e CGT reagem Economia Brasil e condenam Governo

ROSÂNGELA CAPOZOLI

Da Sucursal

25 JUL 1986

São Paulo — "O Governo foi o primeiro a quebrar o congelamento de preços e penalizou os assalariados com esse novo pacote". Essa frase foi dita ontem pelo presidente da Central Geral dos Trabalhadores, (CGT) Joaquim dos Santos Andrade, ao comentar o pacote adicional de medidas baixado pelo Governo. Ele disse que existem outras fontes de onde poderia ser retirado esses fundos de investimento sem penalizar o trabalhador, citando como exemplo o latifundiário, o mercado imobiliário, o mercado financeiro e o Imposto de Renda de pessoa física com alto rendimento.

O presidente da CUT (Central Unica dos Trabalhadores) Jair Meneguelli, também é da opinião que "o novo pacote não garante o congelamento de preços, nem tampouco o abastecimento", e disse que "enquanto a dívida externa não for resolvida as dificuldades internas do País não serão amenizadas". O assessor econômico da Cut, Aluizio Mercadante, acrescenta que se o governo suspendesse 15 por cento dos juros da dívida externa já seria o suficiente para eliminar os empréstimos compulsórios definidos pela medida.

Ele salientou que o objetivo principal do novo pacote é saldar a "dívida pública e o déficit de caixa do Governo, pois só a dívida das estatais brasileiras corresponde a 105 por cento do valor de seu patrimônio".

Joaquinzão criticou que mais uma vez a classe trabalhadora foi a mais atingida e terá que pagar por um "erro que não cometeu". "O aumento dos táxis já significa um descongelamento e os trabalhadores apóiam e exigem o congelamento".

Ele ressaltou também a sua preocupação em relação aos hortifrutigranjeiros que são transportados por veículos pequenos e movidos a gasolina. "Isso representa um outro perigo ao descongelamento, pois o produtor vai tentar repassar os custos e nós teremos que pagar mais por isso".

Tanto Joaquinão como Meneguelli criticam o novo pacote salientando que ele afetará diretamente o trabalhador. "O carro é hoje uma ferramenta de trabalho", explicando que devido à "desestruturação dos transportes", os trabalhadores são obrigados a usar o carro, para se deslocarem até o trabalho e com a taxa sobre o veículo e o combustível isso penalizará a classe.

LEI DE GREVE

O movimento sindical paulista também não poupou críticas ao projeto de Lei de Greve que o presidente Sarney enviou ontem ao Congresso. "O Governo já está prevendo uma onda de greve que irá desencadear e está preocupado em aprovar uma lei para reprimir os trabalhadores", disse Jorge Luiz Coelho, presidente da CUT estadual. Também o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, o maior da América Latina, Luiz Antônio Medeiros, disse que o Governo não precisa se preocupar em estabelecer uma lei de greve. "Os trabalhadores só decretam greve quando estão conscientes de sua necessidade". A CUT, que sempre foi taxada como "radical" diante de suas posições grevistas, por defender que o direito de greve deve "ser puro e simples, sem nenhuma legislação" continua pensando da mesma forma. "Em nenhum momento podemos ser taxados de radical; o direito de greve é universal", diz Meneguelli.